

*Tudo se ilumina
para aquêle que
busca a luz.*

BEN-ROSH



*... alumia-vos
e aponta-vos o
caminho.*

BEN-ROSH

(HA-LAPID)
O F A C H O

DIRECT. E EDITOR — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)
Redacção na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim
Rua Guerra Junqueiro, 840 — PORTO

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA MODERNA, L.D.A
Rua da Fábrica, 80
PORTO

OS JUDEUS EM PORTUGAL

(CONFERÊNCIA)

POR DR. MAX AZANCOT

É vasta e profunda a tese. Não a vejo tratada no seu conjunto, com a directriz que lhe dei, embora vários aspectos ou épocas dispersas, tenham merecido o exame cuidadoso de investigadores eruditos.

Foi a angústia de uma dúvida torturante que me fez apaixonar pela leitura desses estudos dispersos e tornou grata ao meu espírito, a conclusão fundamentada a que cheguei.

É essa conclusão que vos apresento, expondo o resumo das minhas indagações.

Recordo o misto de entusiasmo e dor com que li e estudei a História de Portugal, na minha dupla qualidade de português e de judeu.

Admirei entusiasticamente a época inicial da conquista do reino, a garbosa e temerária bravura dos nossos primeiros reis. Estudei com profundo respeito a preparação dos descobrimentos. Encheu-me de orgulho a nossa epopeia marítima.

Mas esses grandes feitos do engenho e da energia dos nossos políticos, do nosso exército e da nossa armada, são apontados em quase todos os compêndios de história como meros actos de propagação da fé católica, e faziam sangrar uma ferida profunda, uma dúvida torturante: onde estavam e em que ambiente viviam os judeus de Portugal?

Vagamente ouvia falar na origem judaica de Pedro Nunes, em António José da Silva, o dramaturgo satírico, e lia com simpatia a condenação dos autos de fé e as referências, em geral pouco precisas, aos efeitos da expulsão dos judeus.

Para satisfazer o meu espírito sobresaltado, para uma reabilitação digna, é pouco. Eu queria encontrar, estudar, sentir, viver a alma dos judeus em Portugal em cada uma das épocas do progresso e da depressão. E pensava:

Na vida de Israel antes da Diaspora, ombreavam e alternavam guerreiros valentes e ousados, com pensadores profundos; políticos hábeis e firmes, com investigadores progressivos; nomes que nas artes, nas ciências e na política atingiram fama, respeito e consideração universal. Nos nossos dias vemos constantemente referências a feitos de bravura judaica: desportistas, soldados, oficiais, generais que se evidenciam, como nas ciências nos orgulhamos de um Einstein, de um Ehrlich e de um Freud.

David alargou o seu reino até ao Eufrates e ao Mar Vermelho. Foi um judeu que foi buscar Mac Artur às Filipinas.

Em Portugal o elemento judaico não podia ser apenas uma amalgama amorfa de infelizes conformados, sofrendo uma vida desprezível de perseguidos e de vencidos.

Os estudos recentes de Joaquim Bensaúde, Moisés Amzalak, Barros Basto, abriram-me finalmente novo horizonte, apontaram-me os forais, as ordenações e outros historiadores como Graetz, Herculano, Fontoura da Costa, Joaquim de Carvalho e o padre António Vieira, entre tantos outros, incluindo Mendes dos Remédios e Lúcio de Azevedo, estes nem sempre amáveis e justos.

Lendo-os, a ferida que sangrava, sarou.

Hoje sei o que é ser judeu em Portugal. Hoje sei que sem falsa modéstia nem alarde pretencioso, me posso orgulhar dessa qualidade de judeu em Portugal. Hoje sei que houve judeus dignos em todos os transes da nossa história. O sangue judeu correu sempre que foi necessário sacrificar a vida ao interesse da pátria, a alma judaica sofreu, vibrou, venceu como a alma de qualquer outro português.

É essa epopeia, tantas vezes e tão injustamente esquecida, que me proponho recordar.

Falando numa reunião culta que se realiza numa associação israelita, poucas novidades vos posso trazer.

Grandes lacunas terá o meu estudo. Entendo, todavia, que é nosso dever, discutir e arrancar do esquecimento imerecido os grandes feitos dos judeus em Portugal, é repetindo as discussões sobre este tema que podemos fazer justiça a quem tanto tempo ficou olvidado.

Nunca será exagerada a repetição e é essa ideia que dá alento para abordar aqui um tema que, por fazer vibrar o meu entusiasmo, não deixará de ser grato à vossa apreciação.

*

Olhemos em traços largos para a história pátria. Observemos o aparecimento da nacionalidade, talhada e criada com sucessivos gestos de firme e corajosa iniciativa.

Estavam nessa época instalados há muito, judeus em toda a Península Ibérica. Sob o domínio muçulmano viveram com tanto sossêgo como os mosarabes, cristãos. Devemos procurá-los entre os vencidos? Eu encontro-os lutando ao lado dos guerreiros lusitanos.

Acabara o período áureo de estudo, progresso e paz nos reinos árabes. A ambição dos emires, as dissensões, a guerra

civil tinham fraccionado o grande e progressivo império muçulmano da península. Berberes ou Almoadas (unitários) sanguinários, fanáticos e intolerantes dominavam e impunham o seu poder, destruindo os requintes da civilização dos reinos almorávidas. Abd-al-Mumem, segundo chefe desses berberes almoadas (unitários), ordena a perseguição aos judeus, obriga-os a abjurar a sua fé ou a emigrar. As sinagogas são assaltadas e saqueadas ou destruídas. Grandes academias judaicas como as de Lucena e Sevilha são encerradas. Há progromes em larga escala.

O judeu que não abjura a sua fé tem de emigrar; é o reino cristão de D. Afonso VI que o acolhe. É Afonso VI de Castela que os protege, e a luta de libertação que Afonso VI lança e que é continuada pelos seus sucessores, entre os quais conto D. Afonso Henriques e outros reis da nossa 1.^a dinastia, não é guerra de propagação da fé, é guerra de conquista e de engrandecimento do reino, é guerra em que podiam viver irmanados judeus e cristãos na defesa de interesses comuns.

Para provar que assim é, bastaria lembrar a aliança de cristãos com emires muçulmanos; as aventuras do célebre Cid combatendo ora cristãos à frente de sarracenos, ora estes à frente daqueles; a batalha de Zalaca em que 30.000 sarracenos combatiam da parte do reino de Lião e de Castela, ao passo que numerosos esquadrões de cavalaria cristã estavam integrados no exército de almorávide Jussuf; a pretensão de Afonso VI de que o Infante D. Sancho fosse seu sucessor, embora filho de Zaida, muçulmana de Sevilha; a aliança de D. Afonso Henriques com Ibn-Kassi; os conflitos dos nossos primeiros reis com o Papa, então no auge do seu poder temporal.

É Alexandre Herculano, o maior dos historiadores portugueses, que escreve:

« Ordinariamente ao lermos nos nossos historiadores e cronistas a narrativa da reacção cristã contra a conquista muçulmana no território chamado Portugal, . . . O complexo dos variados acontecimentos que constituem esse grande facto, representa-se-nos na imaginação com a luta de dois povos, cada um dos quais compacto e homogéneo em si, busca, não a posse que dá o triunfo, mas uma existência exclu-

siva sobre o solo disputado. Imaginamos que o homem do Evangelho e o homem do Koran, só podem encontrar-se com a espada em punho ou com a lança em riste: . . . que o ódio destas duas raças, imenso, inextinguível, cavou um abismo entre ambas. Trata-se de aniquilar os inimigos de Deus. Vencedor remiu seus pecados, vencido ganha a palma do mártir. . . .”

“Tal é a ideia que resulta dos sucessos históricos à luz a que os antigos historiadores as viram; ideia falsa (afirma-o Alexandre Herculano) em parte por incompleta, em parte por errada apreciação dos factos, em parte finalmente pela omissão voluntária ou ignorância destes”. (História de Portugal, tomo III, livro VI, part. I, pág. 159 e seguintes).

“Ideia falsa”, ecoa no meu espírito, porque os judeus, perseguidos por fanáticos almoadas procuram refúgio nos reinos cristãos e ao lado dos conquistadores se batem, lutam e vencem.

Lembremos o mais célebre judeu dessa época: *Jahia ben Jahia*, tantas vezes injustamente esquecido ou intencionalmente apagado.

Ibn-Kassi, mosarabe convertido ao islamismo chefia uma revolta e é para ele que Jahia ben Jahia conquista Mértola, onde Ibn-Kassi instala a sua capital e onde governa, aliando-se com D. Afonso Henriques. Mais tarde Ibn-Kassi é vencido e preso. Jahia o herói de Mértola, refugia-se em Coimbra, capital de D. Afonso Henriques, que recebe com agrado e alegria esse bravo servidor do seu antigo aliado e fez dele o seu conselheiro militar. O conquistador de Mértola, o mais forte castelo do Algarve, discute com D. Afonso Henriques o plano de ataque a Santarém, o assalto mais arriscado e temerário que era necessário para o engrandecimento do reino, a perigosíssima escala desse ninho de águias. É Jahia que planeia a conquista de Santarém e acompanha o rei na sua ousada empresa. Tão bem se portou que D. Afonso Henriques o agraciou com o Senhorio de Unhos, Frielas e Aldeia dos Negros. *Jahia*, o primeiro rabi-mor de Portugal, acompanha sempre D. Afonso Henriques até que, em 1151, numa mal sucedida sortida contra Alcácer do Sal, cai, como soldado valente, mortalmente ferido em combate.

Não preciso citar outros exemplos, basta o do primeiro rabi-mor para afirmar que estavam encorporados judeus no exército conquistador, que o sangue judeu selou a igualdade entre os lusitanos, quando um punhado de portugueses saltando de Coimbra a Santarém, de Santarém a Lisboa, de Lisboa a Alcácer e de Alcácer a Silves, foi implantar no Algarve esse estandarte que brilhando em Sagres, havia de iluminar o oceano e iluminar o mundo.

*

Terminada a época da conquista do reino, ou intermeada com ela, encontramos a época de *consolidação*: D. Sancho, o povoador, D. Diniz, o lavrador, D. Fernando, o da lei das sesmarias e das reformas agrárias.

D. Sancho I nomeou Joseph ben Jahia, almoxarife-mor do reino; D. Sancho II admitiu israelitas em altos cargos da corte e altos cargos públicos designadamente na cidade de Lisboa; D. Afonso III reconhecia jurisdição do rabi-mor de Portugal como magistrado supremo sem recurso para os negócios judaicos e admitiu os judeus em altas situações dos negócios públicos e principalmente na corte e gerência do tesouro. No tempo do célebre D. Diniz, o lavrador, quando eram criadas as bases de reconstituição económica que permitiram mais tarde os vãos largos das descobertas, era o rabi-mor D. Judah que geria os negócios da fazenda pública. D. Pedro confiou o cargo de almoxarife-mor do reino a D. Moisés Navarro, cargo que este exerceu ainda no tempo de D. Fernando e em que lhe sucedeu, mais tarde outro judeu, D. Mosseh Chavirol.

Se na época da conquista o sangue judeu corria irmanado com o dos outros portugueses, na época da consolidação os judeus não deixaram de colaborar na construção do edifício público que impôs e cimentou a existência da nação portuguesa.

*

Chegamos ao período áureo da criação da escola de Sagres e da epopeia marítima. O patrono dessa escola náutica é o Infante de Sagres que lhe dedica a sua actividade, mas o técnico contratado, o professor de

arte de navegar que criou a escola dos marinheiros e tornou possível as descobertas é o judeu Jacome de Maiorca.

João de Barros o grande historiador português do século XVI, nas suas célebres *Décadas da Ásia* (Dec. 1.º. Liv. 1, c-16) afirma que «foi Jacome de Maiorca que ensinou aos oficiais portugueses a arte de navegar, a cartografia e a fabricação de instrumentos náuticos».

Fontoura da Costa (*Marinharia dos Descobrimientos*, pág. 4) chama a Jacome de Maiorca o «homem sábio na arte de navegação, fazendo cartas e instrumentos para ensinar a sua ciência aos pilotos portugueses» e afirma que «Jacome deve ter sido o principal colaborador do Infante».

Foi com os discípulos de Jacome de Maiorca que Bartolomeu Dias, Pero de Alenquer, Fernão de Magalhães, João de Lisboa, Francisco Faleiro aprenderam a navegar, a desenhar cartas ou fabricar instrumentos náuticos e a servir-se deles.

São judeus grande parte dos professores, astrólogos, pilotos e cartógrafos. Citemos entre os mais conhecidos Jehuda ibn Verga, Zacuto, David-ben-Ilia, Jehuda Ben Jahia Negro, Guedelha, José Vizinho, mestre Moisés, João de Lisboa, mestre Rodrigo e tantos outros sem esquecer a origem e educação judaica de Pedro Nunes.

É a esta escola que Gago Coutinho se refere, certamente, quando nega com firmeza que os descobrimientos portugueses e designadamente a descoberta do Brasil seja obra do acaso.

João de Barros—(*Décadas da Ásia*, 1.º, Liv. 4, c-2) afirma que D. João II tinha encarregado mestre Rodrigo, o Judeu, mestre José Vizinho (judeu também) e Behaim de estudar a aplicação da astronomia à navegação, preparando assim as viagens de Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral e Afonso de Albuquerque.

José Vizinho, judeu de Viseu, foi à Guiné para ali medir latitude pela altura do sol e foi o autor de variadíssimos estudos, entre eles a tábua solar que serviu na sua viagem de 1485, e em todas as que se lhe seguiram, incluindo as grandes expedições marítimas de Diogo Cão e Bartolomeu Dias.

Foi mestre João, físico e cirurgião do rei, que pela primeira vez regista o Cruzeiro do Sul, a constelação sem a qual os

navegadores não se poderiam orientar no hemisfério austral logo que, chegados ao equador, deixassem de ver a estrela polar.

Fontoura da Costa citando José Vizinho, mestre Rodrigo e o bispo de Ortiz, como os três técnicos de D. João II, afirma que era o primeiro que devia possuir mais sólida instrução astronómica (*Marinharia dos Descobrimientos*, pág. 87).

Foi Zacuto que expôs ao rei a teoria dos temporais, apresenta as tábuas de declinação que ele próprio organizara e indica a época mais favorável para a viagem de Vasco da Gama. Foi Zacuto o responsável pela viagem de Vasco da Gama, pois o rei chamara-o a Beja (conta Gaspar Correia a fim de saber se era coisa possível «porque nada havia de fazer sem o seu conselho».

Na armada de Pedro Alvares Cabral seguiu como elemento importante o judeu Gaspar da Gama, vulgarmente conhecido por Gaspar das Índias, que em 1502 acompanhou também Vasco da Gama na sua segunda viagem e, em 1505, segue para a Índia com o primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida.

Pedro Nunes não esquecera a sua ascendência judaica, a contribuição valiosíssima dos estudiosos judeus, a colaboração leal e íntima de todos os portugueses, quando escreve no seu tratado:

«Não há dúvida que as navegações deste reino de cem anos a esta parte são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e discretas conjecturas que as de nenhuma outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar oceano. Entraram por ele sem receio. Descobriram novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos e o que é mais: novo céu e novas estrelas.»

Sim, direi eu, novo céu e novas estrelas, aliando o braço ao pensamento, o engenho à bravura, a prudência à ousadia, criando a paz nas almas e permitindo a mais gloriosa colaboração entre todos os portugueses.

*

Não permitiu o destino que essa gloriosa colaboração perdurasse. Não termi-

nara ainda a epopeia maravilhosa dos descobrimentos, quando uma política de medo falso e cobarde, sem largueza de vistas, impõe uma cizão entre os portugueses.

É decretada a conversão geral, o confisco dos bens, a expulsão; é ordenado pelo Governo o rapto dos filhos dos judeus e finalmente introduzida em Portugal a inquisição.

Não devo deixar de mencionar a oposição de vários Papas a essas medidas, o acolhimento feito nos estados papais a judeus emigrados e a gratidão que nós judeus devemos a muitos cristãos dessa época entre os quais quero salientar frei Diogo da Silva, confessor de D. Manuel.

Quando as cartas pontifícias de 17 de Dezembro de 1531 autorizaram finalmente a introdução da inquisição no país instituíram frei Diogo da Silva no posto de inquisidor-mor, tendo só ele a faculdade de delegar os seus poderes. Não exerceu o logar nem delegou os seus poderes, pelo que ficou sem execução essa bula pontifícia.

Outra figura tantas vezes difamada ou esquecida, deve ser lembrada: a do cristão-novo Duarte da Paz, que no tempo de D. João III, defende em Roma os interesses dos judeus portugueses, opondo-se às pretensões bárbaras e doentias do rei de Portugal. Duarte da Paz, é esse português desassombrado e brioso, mutilado das guerras de Africa onde serviu o país e fora condecorado com a Cruz de Cristo, que D. João III manda apunhalar. O representante do rei junto do Papa descrevera-o nestes termos: "é audaz e solto; sabe bem dizer sua razão; pede justiça; parece que a tem".

Soa a breve trecho o ano de 1580. Filipe II de Espanha é coroado em Lisboa e para festejar a data realiza-se na Ribeira, um auto de fé. Os novos súbditos do soberano espanhol escolhem para a ocasião cinco condenados, dos quais quatro são mulheres.

Portugal morre, queimando judeus.

*

Portugal morre, mas ressurgue a breve trecho. Soa a hora da restauração. Cesam os poderes do Governo estrangeiro, mas a esquadra portuguesa está desbara-

tada, o exército sem armamento e temos de conquistar as colónias e enfrentar uma guerra que durou 28 anos.

Aos judeus põe-se o dilema: fidelidade à pátria que os maltratara e os expulsara ou fidelidade aos países que os acolheram. Dilema mais fácil de resolver pelos judeus emigrados em França do que os judeus acolhidos na Holanda ou mortificados no Brasil.

Postos perante este dilema a atitude dos judeus não é uniforme. Julgo que nenhum de nós pode vaiar nem os que acorreram a auxiliar a restauração nem os que, amarfanhados deixaram correr os acontecimentos, nem os que ficaram fieis à Holanda que os acolhera. O Governo português da restauração não teve um gesto de desassombro que os atraísse.

D. João IV logo que assumiu o governo da nação tem de pedir para ser conhecido pelos países da Europa, pedir-lhes mais: o fornecimento de armamento. O armamento tem de ser pago com açúcar e especiarias e é necessário arranjar naus que defendam as colónias e tragam essas especiarias.

O padre António Vieira, D. Luiz da Cunha, frei Diniz de Lencastre, o conde de Vidigueira, o Marquês de Nisa, Francisco de Sousa Coutinho, e alguns outros reconhecem o auxílio que os judeus portugueses lhes podem prestar.

O padre António Vieira, tentou ser o grande defensor dos perseguidos pela inquisição.

Chegado do Brasil em 1641, propõe a D. João IV, em 1643, o perdão geral e a igualdade de direitos para a gente da nação, a fim de os hebreus com os seus cabedais enriquecerem o país.

Como embaixador de Portugal promete aos judeus de que poderiam regressar à pátria isentos do procedimento do santo officio.

Os portugueses da Holanda oferecem um socorro de 500 cavalos sustentados à sua custa para a guerra contra Castela. É com capitais judaicos que são formadas: uma companhia para os negócios do Brasil outra para as Índias. É essa Cia. Geral do Brasil que salva a nossa maior colónia, mantém o comércio com ela, conservando no mar uma esquadra de 36 naus de guerra de 20 a 30 peças cada uma, esqua-

dra que ia buscar principalmente açúcar e outros produtos ao Brasil, que nos portos do norte da Europa eram trocados por pólvora, chumbo, couraças e mais artigos indispensáveis aos serviços de guerra.

Manuel Fernandes Vila Real, judeu de Lisboa, Consul de Portugal em Paris prestou relevantes serviços a todos os nossos embaixadores, nas espinhosas missões de que estavam incumbidos.

Duarte da Silva, em Lisboa, é outro judeu que entusiásticamente serve a restauração.

Patriotismo espinhoso e ingrato porque morrem ambos, mais tarde, supliciados pela inquisição.

Razão tinha António Vieira quando escrevia ao Marquês de Nisa (*Cartas*, pág. 85) referindo-se a portugueses: «a gente daquele país poucas vezes julga das causas com os olhos livres de paixão».

Paixão essa que originou um dos maiores e mais injustos gravames feitos aos judeus de Portugal, paixão essa que pagando a dedicação com a espoliação, o cárcere, a morte horrível pelo fogo, afastou do país aqueles que o padre António Vieira, missionário e embaixador de Portugal quis proteger e recompensar. Lembremos, por atestar a atitude digna dos judeus portugueses, o seguinte passo de uma carta daquele missionário e embaixador a Pedro Vieira da Silva (pág. 105) datada de 25 X 647: «Os proveitos que da execução deste negócio se esperam são infalíveis, e assim o prometem todos os «portugueses destas partes» que falam com menos receio nas acções do que os que lá vivem» e a carta que o mesmo padre dirigiu aos judeus de Ruão em 20 de Abril de 1646 (pág. 93):

«S. M. saberá muito cedo por cartas quão leais vassallos tem em Ruão e quão merecedores de estar perto de si... até agora o persuadia com argumentos de discursos e daqui em diante o poderei fazer com experiência de vista».

(*Continua*).

INSTITUTO TEOLÓGICO ISRAELITA

Em breve será publicado em opúsculo o trabalho sobre D. Abraham Zacuto

Documentário Marano

Denúncia à Inquisição

Aos quatorze dias do mês de Novembro de mil seiscentos e trinta e nove anos em Lisboa nos Estaos e casa do despacho da Santa Inquisição estando aí em audiência da manhã o senhor Inquisidor Diogo de Sousa mandou vir perante si a Duarte Guterres Estoque natural e morador nesta cidade por pedir mesa da sala desta Inquisição... e disse ser solteiro e filho de Guterres Romão Estoque e de Maria Francisca, moradores nesta cidade e que será da idade de trinta e quatro anos.

Disse mais que haverá oito ou nove anos, pouco mais ou menos, na dita cidade de Amsterdam, na sinagoga dos judeus viu ele denunciante a um cristão novo, o qual estava na dita sinagoga com uma toalha branca, sinal com que costumam estar os judeus na dita sinagoga, e falando com o dito judeu português lhe disse que se chamava Manuel Dias Soeiro e que era natural da Ilha da Madeira e depois soubera de outras pessoas que o dito cristão novo se chamava do dito nome e que era natural da dita ilha, o qual em hebraico se chamava na dita cidade Manassé Ben Israel e que era público Rabino e professor da lei de Moisés, o qual disse a ele declarante que tinha mandado dois caixões de livros que tinha composto a Espanha um caixão e ao Brasil outro e que o livro se intitula Reconciliações de la sagrada escritura, e que ele denunciante tem um dos ditos livros em seu poder que está ainda na alfândega e o trará a esta mesa.

(Caderno 19 da Inquisição de Lisboa, fl. 21).

Denúncia à Inquisição

Aos desasseis dias do mês de Junho de mil e seiscentos e quarenta anos em Lisboa nos Estaos... o senhor deputado D. Leão de Noronha... mandou vir perante si a Roque Ferreira, mercador... disse que conhecera... a Manuel Dias Soeiro que tinha ofício de corrector em Holanda, o qual residiu muitos anos na Ilha da Madeira, mas não sabe donde seja natural.

(Caderno 19 da Inquisição de Lisboa, fl. 484).

Notícias sobre a Palestina

(TERRA DE ISRAEL)

A Jewish Agency tem a satisfação de saber que a pretensão por um estado judaico na Palestina está a ser agora activamente considerada. Os judeus de todas as regiões apreciam altamente a atitude do governo americano, reconhecendo a justiça do desejo dos judeus de levarem para a Palestina tantos judeus quanto possível e de restabelecerem aí o seu estado nacional.

A Jewish Agency tem que acentuar que a questão da Palestina é de molde a interessar em primeiro lugar o povo judeu, os árabes da Palestina e as Grandes Potências. Os estados árabes vizinhos da Palestina não têm mais direito a falar sobre ela de que todos os outros membros das Nações Unidas.

A questão da Palestina compreende muitos problemas internacionais, cuja solução deve ser concebida com justiça, e equidade e cumprida com determinação. A ideia de que seriam especialmente requeridas grandes forças militares para o caso da Palestina não tem, na opinião da Jewish Agency, qualquer relação com as realidades da situação.

Se, segundo parece, o futuro da Palestina está agora a ser considerado pelas Grandes Potências, a Jewish Agency, representando o povo judeu em todos os assuntos da Palestina, reclama o direito de tomar parte em todas as discussões e negociações em pé de igualdade com qualquer governo nacional.

O cumprimento da Declaração Balfour, que é a criação dum Estado Judaico, é a única solução para a Palestina que os americanos com toda a consciência poderiam aprovar, diz o influente diário americano *New York Herald Tribune* ao comentar a declaração do Presidente Truman a respeito das suas conversações com o Sr. Attlee e o Sr. Churchill sobre a Palestina.

«A posição tomada pelo Presidente» declara o *Herald Tribune* num artigo de primeira página, «pretende o cumprimento da Declaração Balfour que é o estabelecimento dum Estado Judaico, é a única que

os americanos com toda a consciência poderiam aprovar. A opinião geral na América é a de que o Livro Branco está errado, é um expediente de pacificação e deve ser corrigido. E agora é ocasião de o corrigir.»

Toda a imprensa hebraica deu bastante relevo à declaração do Presidente Truman, nas conversações que teve em Potsdam sobre a Palestina. Editoriais de todos os jornais hebraicos louvam a acção do Presidente em iniciar estas conversações, mas duvidam das bases em que o Presidente apoia a sua declaração de que talvez sejam precisos meio milhão de soldados para manter o Estado Judaico.

«Há poucas esperanças» diz o *Davar*, órgão do Partido Trabalhista da Palestina, «de que um árabe consinta em facilitar a emigração judaica para a Palestina, antes de ser tomada pelos aliados uma decisão para a solução do problema na íntegra. Mas há poucos motivos para temer uma resistência árabe depois de tal decisão ser anunciada. Uma decisão aliada terá como consequência o consentimento dos árabes antes de tal decisão ser tomada. A declaração do Presidente de que devem ser precisos cerca de meio milhão de soldados, para fazer aceitar tal decisão, é, por conseguinte, pura fantasia.»

O *Davar* prossegue, dizendo que os países árabes vizinhos não têm direito algum a intrometer-se nos assuntos da Palestina. E pergunta em seguida: «Quem terá a insensatez de supor que os países árabes se oporão pela força a uma decisão tomada pelas Grandes Potências? Não há uma só das Grandes Potências que depende dos países árabes, mas cada um dos países árabes depende das Grandes Potências e necessita de auxílio do ocidente. Seja como fôr, as Grandes Potências têm a responsabilidade da manutenção da paz e da ordem no médio Oriente com sionismo ou sem ele». Conclui o jornal.

Visado pela Comissão de Censura

MEMÓRIAS

da Literatura Sagrada dos judeus portugueses desde os primeiros tempos da Monarquia até fins do Século XV

MEMÓRIA I

POR ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS

(CONTINUAÇÃO DO N.º 130)

Podemos acrescentar a estes Davide Jachia filho de José Jachia natural de Lisboa, que nos fins deste século escreveu:

Eptome Gramatical (Nasceu em Lisboa em 1465 e morreu em 1543); conservava a sua obra da *Gramática* o R. Gedaliah Jachia. Castro na *Bibliot. Espan.* não faz menção desta obra, antes diz que R. Gedaliah, que havia visto e lido as obras de Davide Jachia não especificara os seus títulos, no que houve equivocação, porque Gedaliah falou especialmente desta Gramática. Dela faz menção o nono Barbosa e Wolfio que julga que é esta mesma Gramática Hebraica e que se acha Mrs. na Real Bibliotheca de Paris (*Bibliot. Hebr. Tom. III* pág. 188).

CAPÍTULO VI

Da Tipografia Hebraica em Portugal

Os Judeus Portugueses são os primeiros que introduzem em Portugal a Tipografia Hebraica — Pelo que toca à Tipografia Hebraica muito se adiantaram os nossos judeus a introduzi-la e propagá-la entre nós (Para sabermos quanto os nossos judeus se apressaram a introduzir e aperfeiçoar entre nós a Tipografia Hebraica, convem notar, que posto, que se não saiba ao certo, nem o ano da invenção da Tipografia, nem as primeiras obras, que se imprimiram nela, contado a sua época se pode assentar entre os anos de 1428 e 1460.

Porque uns como R. José Coen põem a primeira obra em 1428 no livro *Arbáh Turim* impresso em Veneza dando por falta a edição do livro *Schulchan Aruch* em 1420 como mostra Mallincrol no *Tratado da Arte Tipográfica*, pág. 5; outros em 1448 no *Código De Miseria humana conditionis*, impresso em Argontorato; outro em 1450 no livro *Catholicon* de João le Beque escritor Genovez, e na *Bíblia Maguntina*; outros em 1457 pela Tipografia de João Guttenberg de Mayença; e outros finalmente em 1460, na impressão do mesmo *Catholicon* de João le Beque), por quanto poucos anos depois que se inventou a imprensa na Europa e apareceram as primeiras obras desta Arte recente, começaram os Judeus de erigir tipografias hebraicas em diversas partes da Itália (Houve quem se lembrasse, que por ventura o Mestre José e seu filho Chaim Mordachai e Ezechias Montro teriam sido os primeiros impressores de livros; porque na Epigrafe, que vem na obra do Praltério Hebraico impresso em 1477, se denominam *Hujus Artis factores*; todavia esta expressão não significa propriamente *inventores*, ou *primeiros compositores* desta Arte; mas só *Mestres e Artífices* dela) e apenas haviam estabelecido as suas primeiras oficinas, desde os anos de 1477 em Pesaro (Davide Ganz deu a edição Hebraica Veneziana da Bíblia em 1511 pelo primeiro parto da tipografia hebraica, no que por certo se enganou.

(Continua).